

Legislação aplicável

Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março,
republicado pelo Decreto-Lei
n.º 33/2014, de 4 de março.
Código Penal.

AVISO

Encerramento administrativo imediato e urgente de um estabelecimento de apoio social sem denominação

O Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, IP, confirmou o encerramento administrativo imediato e urgente de um estabelecimento de apoio social sem denominação, com as seguintes características:

- exercia a atividade de Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas;
- com fins lucrativos;
- não estando licenciado;
- funcionava sob a direção e responsabilidade de Paula Cristina da Silva Vieira;
- estava instalado em Rua de Baguim, n.º 429, 4445 - 029 Alfena - Valongo.

*artigos 35.º e 36.º do
Decreto-Lei n.º 64/2007,
de 14 de março*

*artigo 40.º, n.º 1, alínea
b), e n.º 3, do Decreto-
Lei n.º 64/2007, de 14
de março*

Defesa dos direitos e da qualidade de vida dos utentes

O Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, IP, confirmou o encerramento através da Deliberação n.º 57/2016, de 9 de junho de 2016, que ratificou o despacho de 16/05/ 2016, do Diretora da Unidade de Fiscalização do Norte. Esta deliberação foi tomada porque o estabelecimento estava em atividade com deficiências graves nas condições de instalação, segurança, funcionamento, salubridade, higiene e conforto, representando um perigo atual e iminente para os direitos dos utentes e a sua qualidade de vida.

*artigos 35.º e 36.º do
Decreto-Lei n.º 64/2007,
de 14 de março*

Consequências do incumprimento da deliberação

Caso o estabelecimento seja reaberto ou a atividade de apoio social continue de forma ilegal, o/a responsável será sujeito/a a procedimento criminal pelo crime de desobediência.

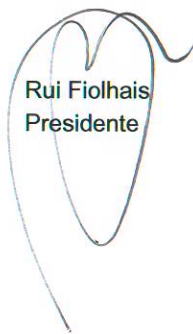
*artigo 348.º, alínea b),
do Código Penal*

Este aviso deve estar afixado durante 30 dias

Quem impedir a sua afixação será sujeito a procedimento criminal pelo crime de resistência ou coação sobre funcionário. Quem o remover deliberadamente antes do fim do prazo de 30 dias será sujeito a procedimento criminal pelo crime de arrancamento, destruição ou alteração de editais.

*artigo 40.º, n.º 3, do
Decreto-Lei n.º 64/2007,
de 14 de março
artigos 347.º e 357.º do
Código Penal*

Lisboa, 9 de junho de 2016



Rui Fiolhais
Presidente